



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

CASO BPN

Comissão parlamentar decide medidas na terça

● A Comissão de Inquérito parlamentar ao caso BPN vai decidir na próxima terça-feira se pede o levantamento do sigilo bancário, para obter documentação que lhe tem sido negada por várias entidades com responsabilidades neste caso. A questão foi levantada pelo deputado comunista Honório Novo, que se referiu à «recusa reiterada» do banco de Portugal e outras instituições. O assunto e o pedido de levantamento do sigilo bancário foi registado pela presidente da Comissão, Maria de Belém Roseira, e será retomado e posto a votação na próxima reunião da Comissão, agendada para a



próxima terça-feira, dia 10 de Fevereiro. Para esse dia estão também marcadas as audições de dois outros intervenientes neste caso, Rui

Pedras, que transitou da CMVM e Manuel Peixoto, e o antigo chefe das operações informáticas do BPN. ●



05-02-2009

«CASO BPN» NO PARLAMENTO

Conselho Superior e Administração conheciam Banco Insular

Um quadro do Banco Português de Negócios (BPN) revelou ontem que todos os membros da administração e do conselho superior estiveram numa reunião no início de Abril de 2008 em que se discutiu um relatório sobre o que fazer ao Banco Insular. **“O Banco Insular era de conhecimento soberano e não restrito”**, garantiu aos deputados António José Duarte, assessor das administrações do BPN até à data, na comissão parlamentar.



Maria de Belém preside à comissão parlamentar

DEPUTADOS VOTAM COMO REAGIR À RECUSA DE LHES ENTREGAR INFORMAÇÃO

Comissão do BPN discute sigilo bancário

A Comissão de Inquérito parlamentar ao caso BPN vai decidir na próxima terça-feira se pede o levantamento do sigilo bancário para obter documentação que lhe tem sido negada por várias entidades com responsabilidades neste caso.

A questão foi levantada ontem pelo deputado comunista Honório Novo, que se

referiu à “recusa reiterada” do banco de Portugal e outras instituições.

O pedido de levantamento do sigilo bancário foi registado pela presidente da comissão, Maria de Belém Roseira, e será retomado e posto a votação na próxima reunião da comissão, na próxima terça-feira.

Para esse dia estão tam-

bém marcadas as audições de dois outros intervenientes no caso, Rui Pedras, que transitou da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com responsabilidades na supervisão, para a SLN, integrando a administração liderada por Miguel Cadilhe e Manuel Peixoto, antigo chefe das operações informáticas do BPN. ■



GESTÃO ■ REESTRUTURAÇÃO DO GRUPO E CRIAÇÃO DA SLN

Oliveira e Costa mandou calar sócios



■ Ex-presidente do BPN impôs cláusula de confidencialidade aos accionistas do banco. Especialista diz que isso prejudica restantes accionistas

PEDRO APERTAL/JORNAL DE NEGÓCIOS

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA/
EDUARDO DÁMASO

José Oliveira e Costa obrigou os accionistas do Banco Português de Negócios (BPN) a cumprirem uma "rigorosa confidencialidade" sobre o 'Acordo de Investimento' para a aquisição de ações do BPN no âmbito do processo de constituição da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), em 1998.



TIAGO SOUSA/DIÁZ

A Euroamer, liderada por Artur Albarran, foi submetida à confidencialidade

A 23 de Julho de 1998, Oliveira e Costa enviou a Artur Albarran, então presidente da Euroamer, uma carta, com explicações sobre a reestruturação do Grupo BPN e criação da SLN, acompanhada por vários documentos, dos quais se destacavam o 'Acordo de Investimento', o 'Acordo Adicional', bem como o 'Protocolo de Gestão'.

Todos estes três documentos, aos quais o CM teve acesso, contêm uma cláusula de sigilo absoluto para a Euroamer: "As ora partes contratantes [Oliveira e Costa e a empresa liderada por Artur Albarran] obrigam-se a guardar rigorosa confi-

dencialidade sobre os termos e condições do presente contrato, excepto na estrita medida em que a divulgação de qualquer parte do mesmo seja necessária à prossecução dos fins nele contemplados", precisa o 'Acordo de Investimento', em que Oliveira e Costa é designado como "gestor". E ao que o CM apurou a Euroamer é um exemplo de accionistas que foram sujeitos à política do secretismo.

Marcelo Rebelo de Sousa considera, em termos gerais, que "uma cláusula de confidencialidade não prevalece sobre as normas legais de informação", dado que "os accionistas com mais de 10 por cento do capital social têm direito a informações". Já José Maria Fabião, especialista em direito bancário, é categórico: "A cláusula de confidencialidade é comum [na Banca] mas é ilegal, porque viola os estatutos da sociedade e preju-

dica os restantes accionistas.

Ao abrigo do secretismo estava a contrapartida obtida por Oliveira e Costa com os contratos: "... o gestor, para além de remuneração pelos seus serviços de administração numa expressão compatível com as funções de presidente do Grupo liderado pela IC [BPN], terá o direito a receber da IC uma opção de aquisição e/ou de subscrição, ao valor nominal, de ações representativas de até 10 por cento do capital social da IC."

A violação grave das obrigações fixadas nos contratos tem fortes penalizações: a parte lesada pode, segundo o 'Acordo de Investimento', rescindir o acordo e solicitar o pagamento de "uma indemnização que terá como valor mínimo o montante correspondente a metade do valor global de aquisição da parcela das "Ações Projecto [do BPN] adquiridas ou subscritas pelo investidor." ■

🔍 PORMENORES

● **INVESTIMENTO**
Oliveira e Costa assume-se no 'Acordo de Investimento' como gestor que foi "convidado a promover a formação e institucionalização de um bloco estável de controlo da IC [BPN], o que pressupunha, no mínimo, que a globalidade dos investidores associados ao 'gestor' viessem a deter a maioria do capital social da IC."

● **PROJECTO**
O 'Projecto BPN', de Oliveira e Costa, diz que um dos objectivos passa por "concretizar a ideia que se tem transmitido, no sentido de que o investimento agora realizado poderá valer sensivelmente o dobro dentro de dois anos".

● **'CARTA MANDATO'**
A 31 de Julho de 1998, Francisco Sanches, chefe de gabinete de Oliveira e Costa, enviou a Artur Albarran, líder da Euroamer, a 'Carta Mandato', na qual a empresa constituiu Oliveira e Costa como seu procurador para a concretização do processo de compra de ações do BPN.

Operações em cascata

● João Semedo, do BE, disse ontem no Parlamento que no mesmo dia em que a SLN comprou os 25% da Biometrics Imagenengineering, em Porto Rico, a vendeu ao fundo Excellence Assets Fund por 31 milhões. Nesse mesmo dia, a sociedade La Granjilla (que detém a urbanização onde o libanês El-Assir possui uma vivenda) vendeu o fundo em questão à SLN por 21 milhões. ■



DIAS LOUREIRO | CONTRARIADO

Dias Loureiro disse na Comissão de Inquérito que se o parecer de Jorge Jordão ao negócio de Porto Rico fosse negativo não teria avançado. O ex-administrador contrariou essa versão



PORTO RICO | 38 MILHÕES

A SLN terá perdido cerca de 38 milhões de dólares com a compra da Biometrics Imageneering, confirmou ontem o ex-administrador da SLN Novas Tecnologias, Jorge Jordão

ESTADO DA NAÇÃO | JOSÉ DUARTE

Nuno Melo, do CDS-PP, diz que António José Duarte (ex-assessor de Abdool Vakil), ontem ouvido no Parlamento, foi o autor do 'Estado da Nação', documento que revelou o Banco Insular

De acordo com a Cláusula V

Os accionistas do BPN ficam obrigados, no âmbito do 'Acordo de Investimento', a respeitar uma cláusula de "rigorosa confidencialidade."

V

As ora partes contratantes obrigam-se a guardar rigorosa confidencialidade sobre os termos e condições do presente contrato, excepto na estrita medida em que a divulgação de qualquer parte do mesmo seja necessária à prossecução dos fins nele contemplados.

ACORDO DE INVESTIMENTO

Entre:

1º - Euroamer Holding - SGPS, SA, sociedade anónima, com sede na Rua do Carmo, 42 - 9º D - Edifício Grandela, em Lisboa, pessoa colectiva nº 503 829 811, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o nº 6307 e adiante designado abreviadamente "Investidor"; e

2º - José de Oliveira Costa, economista, casado, natural da freguesia de Esigueira, concelho de Aveiro, titular do Bilhete de Identidade nº 531632, emitido em Lisboa, pelos competentes serviços de identificação civil, em 20 de Junho de 1991, Contribuinte número 104910240 e residente na Avenida Álvares Cabral, nº 49, 5º andar, em Lisboa, adiante designado abreviadamente "Gestor";

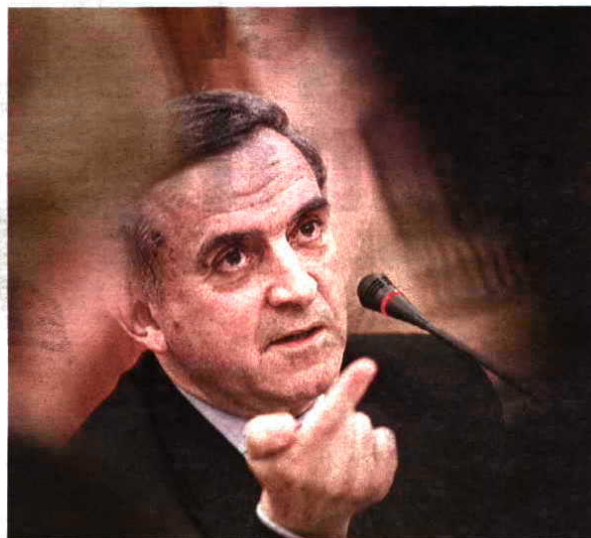
O 'Acordo de Investimento'

Estabelece que o contrato é efectuado entre a Euroamer, identificado como "Investidor", e José Oliveira e Costa, designado "Gestor."

Negócio "de elevado risco"

Jorge Jordão, ex-administrador da SLN Novas Tecnologias afirmou ontem, na Comissão de Inquérito ao BPN, que a compra de duas empresas tecnológicas em Porto Rico "foi sempre um projecto classificado como de elevado risco". E frisou: "Foi dito várias vezes, foi escrito várias vezes e dito face-a-face ao dr. Oliveira e Costa."

Jordão empurrou para o banqueiro e para o ex-ministro a decisão da compra. "Houve grande encantamento do dr. Oliveira e Costa pelo negócio e do dr. Dias Loureiro, numa fase inicial, também estaria com ele." Jordão disse nunca ter tido "acesso a informação sobre a movimentação de offshores"; pois o banqueiro tinha "uma gestão muito centralizadora". "Questionei o dr. Oliveira e Costa sobre as perdas [de Porto Rico], que me disse: 'Fique descansado, está tudo controlado.'" ■ D.R.



Jorge Jordão saiu da SLN em Dezembro de 2004, sem assinar as contas

**DIA A DIA****Buraco
do BPN**

O buraco descoberto pela nova administração no Banco Português de Negócios (BPN) ultrapassa todos os limites do decoro - 1,8 mil milhões de euros atinge uma dimensão pornográfica. Andamos a discutir se vale a pena um novo aeroporto e de repente pagamos metade dessa obra sem mais-valia, nem criação de empregos, na nacionalização de um pequeno banco, que impunemente e contando com a mítica cegueira das autoridades se dedicava a excêntricos negócios. E prepara-se uma nova operação de branqueamento no BPN: atribuir todas as culpas a Oliveira e Costa. Os colegas de administração, como já mostrou Dias Loureiro, parece que não sabiam de nada. O ex-secretário de Estado dos perdões fiscais arrisca-se a ficar na história como um mega-Alves dos Reis, enquanto os seus antigos colegas ficam como inocentes vítimas de um génio da manipulação financeira. O saldo da nacionalização do BPN só se saberá no final do processo. Mas será certamente negativo. E já que os contribuintes pagam seria bom seguir a sugestão do ex-ministro João Cravinho, que aconselha os deputados a investigar todas as operações em offshores do BPN. Os cidadãos têm o direito a saber quais as contas deste grupo nos paraísos fiscais, quem as movimentada e qual o rasto deixado por esse dinheiro.

ARMANDO ESTEVES PEREIRA
DIRECTOR-ADJUNTO



Constâncio chama auditora do BPN

O SUPERVISOR BANCÁRIO quer inquirir a BDO sobre o trabalho feito como auditor do banco.

**Maria Ana Barroso
e Bruno Proença**
mabarroso@economicasgpps.com

A Deloitte detectou imparidades no BPN que somam já os 1,8 mil milhões de euros, revelou terça-feira a nova administração do banco.

O Banco de Portugal (BdP) vai chamar em breve a BDO, antiga auditora do Banco Português de Negócios (BPN), apurou o Diário Económico.

O objectivo de Vítor Constâncio será o de perceber, nomeadamente quanto ao exercício de 2008, por que razão a BDO não detectou a delicada situação financeira do BPN, que tem agora vindo ao de cima. Na terça-feira, a actual administração do banco deu conta da existência de imparidades que somam já os 1,8 mil milhões de euros. Uma avaliação que ainda não terminou e que está a ser feita pela Deloitte.

O supervisor bancário querará perceber o que fez com que a BDO chegasse a resultados diferentes, em que a realidade deste volume de perdas não era visível.

O último relatório e contas do BPN, relativo ao exercício de 2007, dá conta de um volume de imparidades de crédito de apenas 29,76 milhões de euros. A BDO foi auditora do banco, desde 2003. A jogar a

favor da BDO estará, no entanto, o facto de a grande maioria das operações de financiamento mais problemáticas não estar registada no balanço do BPN. Durante vários anos, o grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que detinha o BPN, utilizava sociedades 'offshore' (perto de 100), que na prática serviam sobretudo para conceder crédito a empresas do grupo. Uma realidade que só foi conhecida já em 2008.

A não detecção, à data, deste volume de imparidades resultou, por outro lado, na não constituição de provisões para o efeito. As imparidades já detectadas no BPN correspondem não só às perdas por créditos concedidos pelo BPN SA, mas também incluem as operações feitas pelo Banco Insular (incluindo o balcão virtual), BPN IFI (Cabo Verde) e BPN Cayman.

A decisão de avançar ou não com um processo de contra-ordenação dependerá da audição com a BDO. Se as explicações dadas não forem satisfatórias para o BdP, aí sim poderá haver lugar para dar seguimento às averiguações. A legislação que regula a actividade de auditoria prevê que, em última instância, a perda da licença para operar do auditor em causa.

O Diário Económico sabe ainda que, além do auditor externo, o Banco de Portugal poderá vir a chamar igualmente o órgão de fiscalização interna do BPN, nomeadamente o fiscal único.

A decisão de avançar com uma auditoria externa ao banco foi tomada já quando Miguel Cadilhe estava à frente da instituição e fruto de um pedido feito pelo próprio Banco de Portugal. ■



CONSTÂNCIO APONTA O DEDO

Depois da acusação ao BCP, e enquanto o BPP procura uma saída, o Banco de Portugal vai avançando nas investigações ao caso BPN. As atenções vieram-se agora para aqueles que, trabalhando com o banco, tinham o papel de validar as contas. É o caso do auditor e do fiscal único, que terão sido "fintados" pelo facto de haver todo um universo paralelo no BPN.

Responsabilidades não serão O Banco de Portugal poderá vir a imputar responsa

**Maria Ana Barroso
e Bruno Proença**
mabarroso@economicasgpps.com

As investigações do Banco de Portugal (BdP) ao caso BPN deverão resultar na notificação de mais do que um antigo responsável da instituição, sobre o Diário Económico.

O processo de averiguações não deu ainda lugar ao apuramento de responsabilidades individuais, tendo, no entanto, sido já abertos, desde o

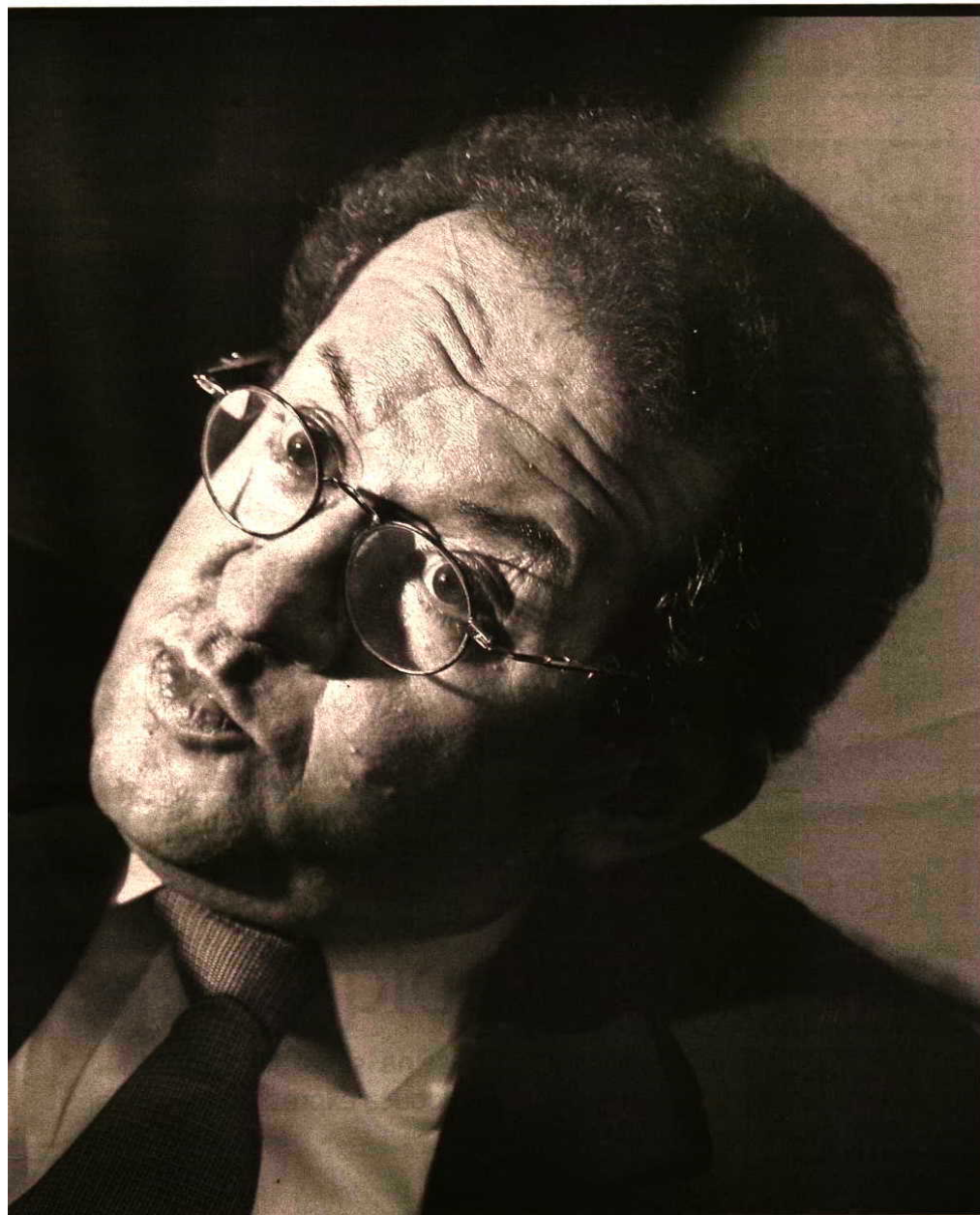
início de 2008, seis processos de contra-ordenação. E realizadas denúncias à Procuradoria Geral de República.

O processo que, em paralelo, decorre no Ministério Público, resultou, até agora, na imputação de responsabilidades apenas ao antigo presidente do grupo, José de Oliveira Costa. O ex-presidente do grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN) encontra-se, de resto, detido. A detenção resulta das suspeitas da prática,

Em causa nas investigações do Banco de Portugal poderá estar a suspeita de falsificação de contabilidade e informação falsa.

Conselho também vai analisar o trabalho da BDO

■ O Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA) também deverá ser chamado a analisar o trabalho da BDO, antiga auditora do BPN. A ele cabe a supervisão da actividade dos auditores assim como a garantia de que são cumpridas pelas entidades de interesse público as regras quanto à auditoria externa, previstas no Código das Sociedades Comerciais. Por entidades de interesse público, as Finanças entendem instituições de crédito, seguradoras, sociedades cotadas, fundos de investimento e pensões, fundos e sociedade de titularização de activos e de capital de risco e empresas públicas. Fazem parte do CNSA representantes do Banco de Portugal, CMVM, Instituto de Seguros, Ordem dos ROC e Inspeção-Geral das Finanças.



João Paulo Dias

“Insular era do conhecimento público”

Ex-assessor de Oliveira Costa diz que sabia desde 2002.

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgps.com

António José Duarte, que desempenhou funções como administrativo entre 1999 e 2006 no BPN SA e depois como assessor do conselho de administração, revelou ontem que o Banco Insular era “do conhecimento soberano”. Na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, afirmou: “O Banco Insular era do conhecimento público e não restrito”.

António José Duarte revela que tinha conhecimento do Banco Insular desde 2002. No âmbito das suas funções, o assessor, que acompanhou quatro conselhos de administração, adiantou ainda que registava operações no Banco Insular pedidas por Oliveira Costa e Francisco Sanches, também administrador.

A intervenção de António José Duarte, que prosseguia à hora de fecho desta edição, contrastava com a anterior, de Jorge Vieira Jordão, que se centrou na forma de administração de Oliveira Costa.

Ontem, no Parlamento, Jorge Vieira Jordão, quadro do grupo desde 2001 e presidente da SLN Novas Tecnologias desde 2004, referiu que Oliveira Costa tinha uma gestão “muito centralizadora” e que o fundador do grupo “não partilhava estratégias”, o que conduzia a visões “fragmentadas e parcelares” da ‘holding’. Para além disso, quando questionado com o seu modelo de gestão, Oliveira Costa afastava preocupações. “Fique descansado, está tudo controlado”. Com estas revelações, Vieira Jordão corroborou assim as opiniões já expressas por Dias Loureiro na comissão. A audição a Vieira Jordão foi muito centrada na

compra pela SLN Novas Tecnologias da Biometrics em Porto Rico, que envolveu um investimento de cerca de 37 milhões de euros. O negócio, que consistia na compra de uma “espécie de máquina multibanco” (ATM), liderado por Oliveira Costa e Dias Loureiro, foi avaliado, na altura, por Vieira Jordão e apelidado por “de alto risco”. “Apesar da demonstração da inviabilidade financeira, a compra concretizou-se. Havia

“Fique descansado, está tudo controlado”, era uma das frases de Oliveira Costa.

um grande entusiasmo por parte de Oliveira Costa, que ficava aborrecido com a oposição à operação”.

Recorde-se que o negócio de Porto Rico foi concretizado em 2001 e excluído das contas da ‘holding’ ao ser “sediado numa sociedade veiculo”, o que conduziu a descontentamento por Dias Loureiro e também a Vieira Jordão.

As audições agendadas para hoje foram adiadas para a próxima terça-feira, dia em que os deputados vão votar o eventual recurso ao Tribunal para levantamento do sigilo profissional, na sequência da segunda recusa do Banco de Portugal e do

BPN em enviar a informação solicitada. ■

António José Duarte, antigo assessor de Oliveira Costa



apontadas apenas a Oliveira Costa

bilidades a vários antigos gestores.

nomeadamente, do crime de branqueamento de capitais, burla e fraude fiscal.

No caso do Banco de Portugal, as suspeitas que recaem sobre o BPN, e que deverão resultar em responsabilização individual, vão para a possibilidade de ter ocorrido

falsificação de contabilidade e prestação de informação falsa. Ou seja, possíveis contra-ordenações graves. Consoante a gravidade do ilícito cometido, as sanções do Banco de Portugal podem resultar, para além do pagamento de uma coima, na aplicação de uma sanção acessória

de inibição do exercício da actividade.

A probabilidade de virem a ser responsabilizados mais do que um antigo responsável do grupo foi também referida por Norberto Rosa, actual administrador do banco. O também administrador da CGD disse terça-feira, na comissão de inquérito parlamentar ao BPN, que “a grande maioria dos funcionários” do banco sempre trabalhou “com grande zelo”, e que portanto “não se pode generalizar”.

No entanto, deixou como ressalva, “também não se pode restringir a uma” pessoa.

O responsável referiu ainda no Parlamento que havia “quase dois bancos a funcionar no BPN”. Um que operava normalmente e seguindo as boas práticas bancárias. “Havia um conjunto paralelo de operações que não passavam por esses circuitos, sem parecer do risco, e nomeadamente através da área do ‘private banking’”. ■



José de Oliveira Costa, antigo presidente do BPN



Banco de Portugal quer ouvir auditora que certificou contas do BPN nos últimos anos

Cristina Ferreira

O órgão de supervisão quer saber por que razão a BDO não detectou ou não revelou irregularidades que estavam a ser cometidas pelo banco agora nacionalizado

● O Banco de Portugal (BdP) vai pedir à BDO Binder, a empresa que certificou as contas do Banco Português de Negócios (BPN) entre 2003 e Junho de 2008, esclarecimentos sobre os motivos que levaram os auditores a não revelar ou detectar a situação de insolvência em que se encontrava na altura o banco. Em causa está, entre outras coisas, o montante das imparidades do BPN, agora apuradas e que ascendem a 1,8 mil milhões de euros (o capital social do banco é de 300 milhões de euros).

O PÚBLICO sabe que os responsáveis do BdP estão a olhar à lupa para as contas certificadas ao longo do último ano pela BDO Binder e que foram sempre consideradas pela auditora como verdadeiras e apropriadas em todos os aspectos materialmente relevantes. Terça-feira, Francisco Bandeira, actual presidente do BPN, e Norberto Rosa (gestor da CGD) foram ouvidos na Assembleia da República pela comissão de inquérito à nacionalização do BPN e comunicaram a existência de imparidades de 1,8 mil milhões de euros.

As perdas potenciais estão associadas às operações fraudulentas envolvendo o Banco Insular, a operação em Cayman e o balcão virtual, negócios imobiliários ruinosos (o banco adquiria activos acima do valor real),

Supervisor procura respostas



PEDRO CUNHA

crédito de cobrança duvidosa dado, por exemplo, a accionistas e clientes especiais.

É neste quadro que Vítor Constâncio se propõe chamar ao BdP os responsáveis da BDO, para os confrontar

com a situação agora encontrada pela Deloitte. Ou seja: o supervisor pretende inteirar-se em que medida a BDO, no âmbito das suas competências, falhou ao não descobrir as imparidades agora assinaladas. Isto, mesmo tendo

em conta o facto de Constâncio já ter salientado publicamente ser praticamente impossível chegar ao Banco Insular e ao balcão virtual, através do qual se realizavam grande parte das transacções ilícitas que geraram as imparidades, pelas vias oficiais. O BdP quer igualmente avaliar o papel desempenhado pelo revisor oficial de contas do BPN, a sociedade Monteiro e Associados, representada por José Manuel Carlos Monteiro.

A BDO audita o BPN desde 2003, por convite de Oliveira e Costa, que se encontra agora detido. A entrada da BDO no BPN surgiu depois de a Deloitte ter apontado um conjunto de reservas e ênfases às contas do banco. Quando assumiu funções, a BDO considerou os problemas resolvidos, alegando que "os credores não estavam em situação de incumprimento".

Antes da BDO, o BPN tinha sido auditado por três empresas: Ernst & Young, PriceWaterHouseCoopers e pela Deloitte & Touche.



Comissão do BPN estuda levantamento do sigilo

Banca. Jorge Vieira Jordão diz que sempre se opôs ao negócio em Porto Rico

A comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN poderá avançar para o pedido de levantamento do sigilo bancário, para conseguir informação e documentos essenciais. Ontem Honorário Novo, do PCP, defendeu a ideia face à recusa sistemática do Banco de Portugal em fornecer novos dados. Na terça-feira, a ideia será decidida na comissão.

O ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) Jorge Vieira Jordão garantiu ontem, na comissão de inquérito ao BPN, que “sempre desaconselhou o negócio de aquisição de participação de empresas de tecnologia em Porto Rico. Uma tese que contraria a defendida por Dias Loureiro na AR, quando este disse “que se este tivesse sido mais assertivo na rejeição o projecto não teria avançado”.

Vieira Jordão garantiu, ainda, que nunca teve acesso às movimentações das *offshore* ou de outros veículos, su-

gerindo que a Excellence Assets Fund era efectivamente o que foi utilizado pela SLN na aquisição da Biometrics de Porto Rico. O ex-administrador do SLN referiu que existia uma verdadeira “euforia” na compra da Biometrics por parte de Oliveira e Costa, mas que sempre o avisou de que o risco era muito elevado.

Banco Insular era conhecido

António José Duarte, actual assessor do conselho de administração do BPN, garantiu ontem, no Parlamento, que o “Banco Insular era do “conhecimento soberano” do BPN desde 2002” existindo acesso directo nos terminais de computador. Segundo este quadro do BPN todos os membros da administração e do conselho superior do banco estiveram numa reunião no início de Abril em que se discutiu um relatório sobre o que fazer ao Banco Insular. Duarte garantiu, ainda durante a audição que quando Miguel Cadilhe assumiu funções lhe deu todas as informações sobre o Banco Insular. E frisou que “de virtual não tinha nada”. ■ -E. C.

IMPARIDADES

Banco de Portugal chama auditores do BPN

→ A BDO, que auditou o Banco Português de Negócios (BPN) de 2003 a Junho de 2008, vai ter de explicar ao Banco de Portugal se podia ter detectado parte das imparidades identificadas pela actual administração.

O vice-presidente do BPN desde a nacionalização do banco, em Dezembro adiantou anteontem no Parlamento, que as perdas do BPN atingem 1,8 mil milhões de euros. "Reflecte não só os créditos que estavam sedeados no próprio BPN, mas também no BPN Cayman, no BPN IFI e no Banco Insular", explicou Norberto Rosa.

Em Julho do ano passado, com Miguel Cadilhe na presidência do

BPN, uma auditoria da Delloite – que se seguiu à BDO – já tinha identificado imparidades de, pelo menos, 700 milhões. Além da BDO, o supervisor também vai pedir explicações ao fiscal único, J. Monteiro e Associados.

O governador do Banco de Portugal tem defendido que os problemas com o Banco Insular e o balcão virtual então descoberto são "praticamente impossíveis de detectar pelos métodos normais" de supervisão. Do seu lado, a comissão de inquérito parlamentar ao caso vai decidir para a semana se pede o levantamento do sigilo bancário, para obter documentos que lhe têm sido negados. ■


Editorial

Pedro Santos Guerreiro

Director



O arrastão

 A Teixeira Duarte não é uma empresa qualquer. É uma empresa histórica, cotada e reputada. Está à beira da falência técnica: deve mais do que tem. Se não aumentar o seu capital, dizem os bancos, pode desagregar-se.

Como chegou a Teixeira Duarte aqui? Não percebe do seu negócio? Percebe: mas enredou-se no BCP, em acções que valem pouco e numa dívida que vale muito. O seu destino é o retrato talvez negro do que pode estar para vir na economia portuguesa na era da crise financeira.

O BCP tornou-se um arrastão. A sua desvalorização em Bolsa tornou dezenas de empresas e investidores reféns de bancos que lhes fiaram crédito para investir no Millennium. Joe Berardo, Manuel Fino, Teixeira Duarte, Filipe de Bottom, João Pereira Coutinho, João Rendeiro e outros notáveis investidores ficaram hipotecados. A maioria já reestruturou as suas dívidas, ganhando fôlego com carências do pagamento das dívidas. Mas isso é um socorro, não é uma solução.

O próprio BCP mantém-se num dilema. Provavelmente, precisará de aumentar capital mas tem muitos dos seus accionistas descapitalizados. O dinheiro hoje disponível no mercado para aumentos de capital pede em regra descontos na casa dos 30%, o que passaria por vender acções talvez abaixo dos 50 cêntimos (!), menos de metade do aumento do ano passado. É, também, uma forma de pôr os accionistas passados a pagar parte da destruição de valor no banco. Mas seria uma diluição da sua participação.

É por isso que se especula sobre a necessidade de um novo accionista, que tome todo o aumento de capital que o BCP possa querer ou precisar. O BBVA? A

Caixa? Ou o Estado: recorrer à reserva de até quatro mil milhões de euros disponibilizados pelo Governo para aumentos de capital.

O BCP, na verdade, poderia já estar nas mãos da Caixa. Bastaria que a CGD executasse as acções daqueles a quem deu crédito e que até os suspensórios já puseram no prego. Isso, no entanto, significaria reconhecer o malparado, prejudicando ainda mais os rácios da Caixa. Caixa que já teve de dar o que não queria para aguentar o BPN à tona.

A tragédia no BCP foi que, ao seu desmando accionista, sucedeu a crise financeira que afundou ainda mais o seu valor bolsista. As suas acções passaram a ser como um vírus na carteira dos seus accionistas e o caso da Teixeira Duarte é um exemplo do que está em causa: a propriedade das grandes companhias portuguesas tal como a conhecemos.

As empresas e os bancos precisam de capital, que escasseia. Isso vai significar mudanças nas estruturas de poder. Não duvide: a lista anual das 1000 maiores empresas em Portugal vai mudar muito. A lista das 10 maiores também.

PS: ontem, aqui escrevi que a descida do "rating" de Portugal (injusta porque países em pior estado estão a manter o "rating") poderia ironicamente ter um efeito positivo: como vai pagar mais caro mas não tem risco de incumprimento, Portugal podia até passar a ter maior facilidade em obter crédito. O leilão de dívida pública realizado ontem, o primeiro desde a descida do "rating", foi um sucesso. Pode ser a demonstração de que o risco-país percebido pelos investidores é inferior ao risco oficial das agências de "rating". Assim seja.



Negócio de Porto Rico que custou 30 milhões ao BPN era de “elevado risco”

Ana Brito

● O antigo administrador da SLN Jorge Vieira Jordão, que deu parecer negativo à compra de duas empresas de Porto Rico que resultaram em prejuízos de 30 milhões de euros para o BPN, reafirmou ontem na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do banco que o negócio era de “elevado risco”.

“O projecto para mim sempre foi de elevado risco. Está escrito. Se fosse eu a decidir não o teria levado para a frente”, afirmou Vieira Jordão no Parlamento.

O ex-administrador da SLN explicou que o processo lhe foi dado a conhecer assim que entrou na SLN, em Agosto de 2001. “Havia um grande entusiasmo, para não dizer uma grande paixão, por esse negócio”, afirmou, precisando que, aquando da sua chegada, a compra da empresa Biometrics (que produzia uma máquina alternativa ao multibanco) já “estava encaminhada”.

Vieira Jordão esclareceu que a sua preocupação foi desde logo avaliar a mais-valia das máquinas face à oferta já existente no mercado e a probabilidade de o negócio crescer de forma sustentada e com retorno.

Acrescentou que “outra peça fundamental do chumbo” foi o facto de ter detectado que “o plano de negócio preconizava um volume de facturação

125

O Banco Efisa, detido pelo BPN, avaliou a empresa de Porto Rico Biometrics em 125 milhões de dólares

francamente superior à facturação actual [à data] da empresa”, numa razão de oito para 108 milhões de dólares. “Obviamente não podemos fazer esta multiplicação em tão curto prazo”, afirmou.

A falta de competitividade das máquinas e a ausência de um plano de negócio coerente foram argumentos

expressos em diversos pareceres entregues a Oliveira e Costa e mesmo numa reunião realizada em Lisboa, com o líbio El-Assir, accionista da Biometrics, garantiu Jordão.

Ainda assim, a compra foi concretizada em 2001 (e dissolvida em 2002). A SLN terá pago pelo menos 36,4 milhões de dólares (não registados nas contas) pela Biometrics e Newtech (braço comercial da primeira). O responsável disse desconhecer a razão pela qual a operação avançou apesar dos pareceres negativos, mas admitiu que era “possível que tivesse a ver com outros negócios do grupo.”

E concordou que a gestão de Oliveira e Costa era “muito centralizada” e que essa até foi “uma das razões de fundo” da sua curta passagem pela SLN (demitiu-se em 2004). “Não me identificava com a forma de trabalhar”, afirmou, acrescentando que Oliveira e Costa dava aos quadros do grupo uma informação “parcelar e fragmentada, que não nos deixava ter visão do todo”.



Editorial Paulo Ferreira

Já vai em 1800 milhões de euros. Adivinhe quem paga

O custo da nacionalização do BPN para os contribuintes faz regressar a pergunta: como é que se decidiu a solução antes de averiguar qual era a dimensão do problema?

Primeiro tenha-se noção do que são 1800 milhões de euros, número de dez algarismos que ultrapassa a escala do entendimento imediato para o comum dos mortais. É, por exemplo, mais de metade do custo previsto para o novo aeroporto de Alcochete. É cerca de um por cento de toda a produção portuguesa durante um ano ou, se preferirmos, o orçamento anual do Ministério da Administração Interna (pagamento de salários a polícias incluído). Daria também para pagar, durante um ano, os subsídios de desemprego, morte, doença e maternidade que a Segurança Social tem a seu cargo.

Esta enormidade é, a contas desta semana, o “buraco” do Banco Português de Negócios. Trata-se de valores que não estão reflectidos nas contas apresentadas pelo banco e que representam perdas potenciais. São, por exemplo, activos (imóveis, acções, créditos, etc.) contabilizados a 100 quando o seu valor real é de apenas 10.

O montante é ainda mais chocante quando se compara com as contas apresentadas pelo BPN. No final de 2007, o banco tinha um total de activos de oito mil milhões de euros e depósitos de clientes avaliados em 4800 milhões de euros. Ou seja, as perdas agora identificadas representam cerca de 22 por cento do total de activos e quase 40 por cento dos depósitos recebidos.

Não deixa de espantar que os

administradores tenham conseguido, durante anos, iludir auditores e autoridades desta forma escandalosa: os activos da instituição eram, na verdade, um quarto mais baixos do que constava nas contas que a BDO e o Banco de Portugal viam, conferiam e aprovavam activa ou tacitamente.

Mérito fraudulento de Oliveira e Costa e de quem o ajudou nestas operações? Sem dúvida. Mas também, e cada vez mais à medida que se conhece melhor o que se passava no BPN, uma estranha e gritante falha de auditores e do supervisor. Deixar escapar um “buraco” deste tamanho no BPN é como não reparar num elefante que se passeia dentro de um apartamento T2.

A BDO deve ser deixada a continuar por aí a auditar? E que confiança podemos ter hoje na supervisão prudencial do Banco de Portugal?

Estes dados vêm, por outro lado, reforçar as dúvidas sobre a razoabilidade e a forma como o Governo e o Banco de Portugal intervieram súbita e radicalmente na instituição, nacionalizando-a.

Que interesses públicos estavam ali em causa? Por um lado, havia o risco sistémico que a falência do BPN poderia despertar e a defesa do dinheiro dos depositantes. Do outro lado, está o dinheiro dos contribuintes e a sua utilização para acorrer a práticas criminosas e a falhas de auditores

privados e de supervisores públicos.

Tudo tem um preço e deve perguntar-se se 1800 milhões de euros não é um montante demasiado elevado para proteger alguns milhares de depositantes que, de qualquer forma, teriam sempre as suas poupanças asseguradas até aos 100 mil euros através do Fundo de Garantia de Depósitos. É agora evidente que o Governo e o Banco de Portugal tomaram uma decisão drástica antes de conhecerem o problema e a sua extensão. Nacionalizaram primeiro e viram o que se passava depois, quando tinham ao seu dispor outros mecanismos para assumir a gestão, como se está a passar no BPP.

Ao nacionalizarem o banco, nacionalizaram um “buraco” que desconheciam. E esse era um problema que, tanto quanto possível, devia ter ficado do lado dos privados, dos accionistas que arriscaram e dos clientes que, é bom que seja assumido, também se expõem a riscos quando entregam as poupanças a terceiros.

1800 milhões de euros. É este o custo para os contribuintes do maior escândalo financeiro de sempre no país. Se a justiça tem que se encarregar dos responsáveis criminais, há também contas a acertar com os poderes públicos que falharam na supervisão e que, depois, decidiram a nacionalização. O que é que Vítor Constâncio e Teixeira dos Santos têm a dizer de relevante sobre o assunto?



Caso BPN

Cravinho desafia Parlamento a investigar *off-shore*

João Cravinho diz ser fundamental que a Comissão Parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN investigue para que serviram os *off-shore* que o banco utilizou, que tipo de operações foram feitas e com que efeitos.

No seu habitual espaço de opinião às terças-feiras na "Edição da Noite" da *Renascença*, o ex-deputado socialista considerou tratar-se de "uma oportunidade verdadeiramente excepcional que espera que se aproveite".

Questionado sobre se, a partir daí, o Governo deveria agir no sentido da extinção destes paraísos fiscais, Cravinho respondeu que "o Governo deve agir porque se trata de um esforço internacional" e que, havendo movimentos internacionais, Portugal deve juntar-se "a países como a Alemanha e a França, ao contrário de se juntar a países como o Luxemburgo ou, se calhar, ao Liechtenstein, que não querem fazer nada" nesse campo. Cravinho sublinha que são países como a Alemanha e a França que "estão a liderar a luta contra os *off-shore* como um coto de malfeitorias, sobretudo, em termos de evasão fiscal".

Para o actual administrador do BERD, Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, "uma das

questões absolutamente essenciais" no combate à crise é a de "reforçar a transparência, criar condições tais que a transparência e a responsabilização sejam as pedras-chave do novo sistema financeiro, enquanto as *off-shore* só existem porque são contra a transparência e a prestação de contas".

Deputado do PS reage

Em reacção às declarações de João Cravinho, o deputado socialista Ricardo Rodrigues desafia o antigo ministro a explicar porque é que apenas merecem crítica as operações de *off-shore* no caso BPN e não no caso do BPP. O coordenador do PS na comissão de inquérito ao caso BPN diz que, apesar de esse não ser o âmbito da comissão, o assunto está sempre presente em todas as audições: "É mais do que evidente para quem está na comissão que quase todos os intervenientes apontam os *off-shore* como um dos veículos utilizados no BPN para fins pouco claros, no mínimo para desvio de contabilidade".

O deputado lembra ainda a João Cravinho que de nada serve ao Parlamento tomar qualquer iniciativa para limitar as *off-shore*.



ID: 23700990

04-02-2009

Administrador revela no Parlamento novo valor das imparidades

Perdas do BPN atingem 1800 milhões de euros

As perdas do BPN atingem 1800 milhões de euros, contabilizadas as imparidades nos bancos Insular, Cayman e IFI.

“Teremos um valor da ordem dos 1800 milhões de euros, o que reflecte não só os créditos que estavam sedeados no próprio BPN, mas também no BPN Cayman, no BPN IFI e no Banco Insular”, revelou o vice-presidente Norberto Rosa.

O administrador respondia na Comissão Parlamentar de Inquérito a perguntas sobre o custo da nacionalização do BPN, decidida em Novembro pelo Governo, que entregou a gestão da instituição à Caixa Geral de Depósitos (CGD).



Norberto Rosa. O administrador do BPN que o ... condições de paga ... lito

Lusa

Dos 1800 milhões de imparidades, disse Norberto Rosa, 550 milhões de euros referem-se ao BPN Cayman e ao Banco Insular.

O vice-presidente do BPN disse ainda que, desde Outubro, já se registaram 640 milhões de euros de perdas de depósitos.

Questionado sobre as situações ilícitas detectadas no banco, Norberto Rosa disse que a actual administração “tem vários processos disciplinares instaurados” e que sempre que detecta “indícios criminais informa o Ministério Público e o Banco de Portugal”.

O vice-presidente considerou também que o banco não tem condições para indemnizar os antigos accionistas. “É evidente que o banco tem uma situação líquida claramente negativa e, portanto, não tem condições de fazer qualquer indemnização aos antigos accionistas”, concluiu.



Manuél de Almeida/Lusa

PROPOSTA**A ética da banca**

O constitucionalista Vital Moreira, preocupado com os constantes escândalos do sector financeiro, sugere que os banqueiros redijam um código de conduta para si próprios. "Não compreendo por que é que os banqueiros portugueses, enquanto corporação, não se demarcam das vigarices praticadas no BCP, no BPN e no BPP – que afectam gravemente o crédito dos banqueiros em geral – e não aproveitam para se comprometerem formalmente com um código de ética bancário e com um mecanismo de auto-disciplina deontológica." A proposta foi deixada no blogue Causa Nossa.

Caixa só compra BPN se tiver desconto no preço

AS IMPARIDADES NO BANCO nacionalizado em Novembro de 2008 somam já 1,8 mil milhões de euros, mais do que vale o BPI em bolsa.

Sandra Almeida Simões e Maria Ana Barroso
ssimoes@economicasgps.com

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) só admite vir a comprar o BPN se o negócio se fizer abaixo do valor de referência do banco nacionalizado. "O Banco Português de Negócios terá um valor, abaixo do qual a Caixa está interessada". Foi com esta declaração que Francisco Bandeira, que assumiu a presidência do BPN após a nacionalização, confirmou ontem o interesse da CGD em comprar o BPN. À margem da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, o gestor foi categórico: a Caixa só estará interessada se houver um desconto no preço.

Durante a audição, que decorreu ontem à tarde no Parlamento, o gestor já tinha revelado aos deputados que se o Estado decidir vender o BPN, a CGD admite fazer uma proposta de compra do banco, dependendo do preço. "Acredito que se for do interesse do Governo devolver o banco ao mercado, a CGD possa estar interessada, mas só até um determinado preço", afirmou. "Se conseguirmos agir sobre aquilo em que é possível agir, pode ser um grande negócio. Se conseguir valorizar aquele activo, tentando recuperar e credibilizar, o BPN pode ser um bom negócio para o Estado e um razoável negócio para a Caixa, que teve que prescindir de cerca de 16 horas por dia do seu vice-presidente", acrescentou.

No entanto, o também vice-presidente da CGD revelou que existem outros potenciais compradores. "Tenho a certeza que existem compradores, internos e externos, para o BPN. Há manifestações de interesse".

Como adiantou Norberto

Rosa, administrador do BPN, duas horas antes e também na comissão de inquérito foram três as possíveis soluções para o banco apresentadas às Finanças. Integração na Caixa, venda imediata ou manutenção "durante algum tempo para posterior venda" são as hipóteses em cima da mesa e sobre as quais o Governo deverá em breve pronunciar-se. O também administrador da CGD fez questão de desmistificar a venda do

O BPN não vai indemnizar nem accionistas, nem antigos administradores, já que a situação líquida do banco é negativa, com as perdas a totalizarem 1,8 mil milhões de euros.

BPN, depois de algumas notícias na imprensa que avançavam a venda, por exemplo, dos balcões em separado. "A venda tem de ser com os serviços centrais", assegurou.

Questionado pelos deputados pela opção mais viável, Francisco Bandeira referiu, que na sua opinião, "parece não fazer sentido que o Estado, dono do maior banco universal, mantenha outro, a não ser para aguardar e vender num melhor ciclo". O presidente do BPN salienta que "as intervenções da Caixa no BPN não são custos" e que o custo da nacionalização será o que resultar do processo final do enquadramento do banco. O actual presidente do BPN considera que o banco tem um custo de oportunidade, devido à base de dados de clientes e à dimensão da rede, captadora de negócio.

Norberto Rosa explicou, por outro lado, "manter o banco, por si só, não é viável economicamente". Nomeadamente pelos muito baixos indicadores de eficiência e rentabilidade.

Perdas nos 1,8 mil milhões

As imparidades no BPN somam já os 1,8 mil milhões de euros. Um valor, explicou ontem o administrador, que reflecte não só as perdas em créditos do BPN SA mas também do Banco Insular, BPN Cayman e BPN IFI (Cabo Verde). Uma avaliação que ainda não terminou e que está a ser feita pela Deloitte e pelo Deutsche Bank.

Por esta "situação líquida claramente negativa", adiantou também Norberto Rosa, não haverá "condições de fazer qualquer indemnização aos antigos accionistas; e não estão previstas quaisquer indemnizações aos administradores". ■

OUTROS DADOS

■ Caixa já injectou um total de 1,4 mil milhões de euros no BPN

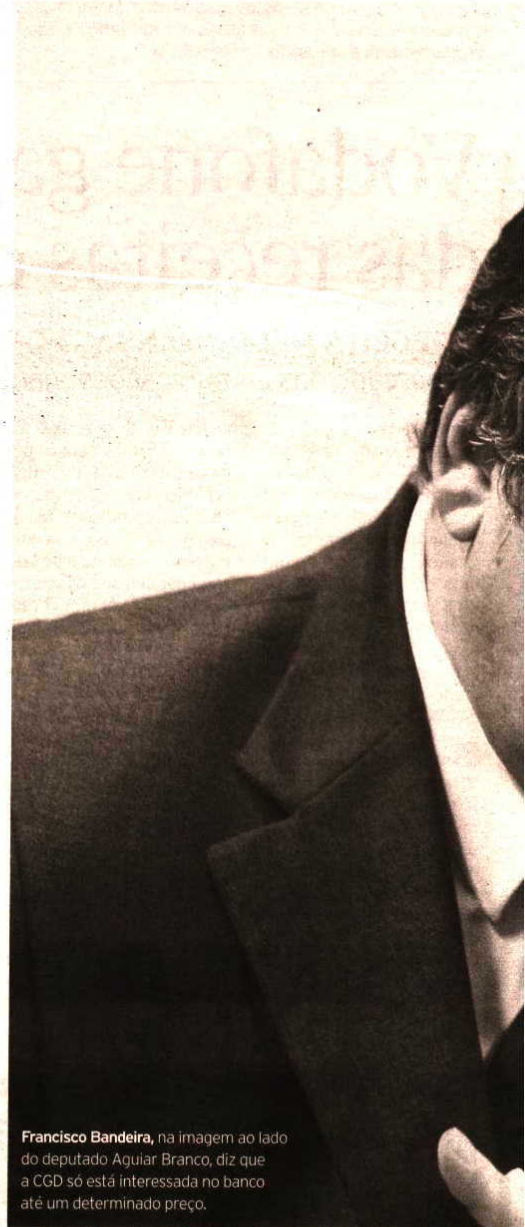
■ Desde Outubro, foram feitos levantamentos de 640 milhões de euros do BPN

■ Francisco Bandeira revelou que após assumir o BPN, o seu conselho de administração instaurou "cerca de meia dúzia" de processos disciplinares a nível interno, "maioritariamente a directores"

■ O actual presidente do BPN revelou que o malparado da instituição é "superior a dois dígitos". E que 50% do negócio está concentrado em cerca de 2% dos clientes

■ Norberto Rosa, administrador do BPN, que ontem também foi ouvido no Parlamento, garantiu que o actual conselho de administração baixou a taxa de remuneração dos depósitos

■ Este administrador adiantou também que o levantamento das sociedades 'off-shore' usadas pelo banco, que começou com Miguel Cadilhe, ainda prossegue



Francisco Bandeira, na imagem ao lado do deputado Aguiar Branco, diz que a CGD só está interessada no banco até um determinado preço.

Fernando Lima

JOÃO CARVALHO DAS NEVES e

Maria Ana Barroso
mabarrosoeconomicasgps.com

Fernando Lima já tomou posse como presidente da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) em substituição de Miguel Cadilhe. Em funções desde segunda-feira, mantém-se em funções, por enquanto, da antiga equipa, António Vila Cova e João Vicente Ribeiro, na comissão executiva, apurou o Diário Económico.

João Carvalho das Neves, até agora presidente executivo

renunciou já ao cargo, assim como Manuel Meira Fernandes. Este último era administrador não executivo. Face às três baixas na equipa de gestão, mantêm-se ainda os não executivos Adelino Silva e Almiro Silva, accionistas da SLN.

Devido às imposições previstas no código das sociedades comerciais, Meira Fernandes, que renunciou sexta-feira, dia 30 de Janeiro, ficará mais um mês, e Carvalho das Neves, que apresentou a renúncia apenas na



Paulo Alexandre Coelho



já tomou posse à frente da SLN

Meira Fernandes apresentaram já a renúncia aos seus cargos na administração, juntando-se a Cadilhe.

segunda, 2 de Fevereiro, até final de Março. Isto se não forem substituídos até lá. As saídas de elementos da equipa de Cadilhe poderão não ficar por aqui. Para já, o objectivo terá sido garantir que, na transição, não deixava de haver uma equipa a trabalhar. Uma saída em bloco faria cair a administração, tornando o processo bem mais complexo. As alterações na equipa serão realizadas através de cooptação, não estando prevista a convocação de uma

Restante administração que integra ainda António Vila Cova e João Vicente Ribeiro mantém-se, pelo menos até Lima decidir nova equipa.

Assembleia Geral para o efeito. Fernando Lima, antigo presidente da construtora Abrantina, irá agora formar equipa, sendo uma das incógnitas a dimensão e composição que a mesma terá. Como o Diário Económico



Fernando Lima, novo presidente da SLN

avançou segunda-feira, a vontade dos accionistas aponta para uma redução do conselho de administração de sete para cinco elementos. Escolhida a equipa, e para além de ter de fechar as contas de 2008, a nova gestão terá dois dossiers essenciais para resolver: a continuação do processo de vendas e a renego-

ciação das dívidas de várias empresas do grupo ao BPN. Este último ponto estava ainda a ser conversado com a administração do BPN mas não tinha ainda passado dos "princípios gerais", faltando ainda concretizar caso a caso como se irá processar, adianta fonte do grupo. Em causa estará, nos casos em que for possível, tentar converter empréstimos para "uma forma de pagamento da dívida de médio a longo prazo em vez de curto prazo", como forma de dar tempo às em-

presas para gerar recursos que permitam cumprir os compromissos. Norberto Rosa, administrador do BPN, lembrou, de resto, ontem, que o banco criou mesmo um conselho de crédito que tem a seu cargo, nomeadamente, a renegociação dos créditos com a SLN. "Tem havido diálogo, disse ontem o responsável. "Desde que as empresas tenham um mínimo de viabilidade económica", haverá espaço para renegociar, explicou. ■

PARLAMENTO ■ ADMINISTRADORES REVELAM A DIMENSÃO DO BURACO FINANCEIRO

Perdas do BPN são de 1,8 mil milhões

■ Caixa Geral de Depósitos já injectou 1,4 mil milhões no banco. A percentagem do crédito malparado no universo da SLN "é superior a dois dígitos"

● DIANA RAMOS

As perdas já contabilizadas no BPN, resultantes da gestão de Oliveira e Costa, situam-se entre 1,7 e 1,8 mil milhões de euros, revelaram ontem, na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do banco, os actuais presidente e vice-presidente da instituição, Francisco Bandeira e Norberto Rosa.

"O valor das imparidades global é qualquer coisa que andar entre 1,7 e 1,8 mil milhões de euros", admitiu Francisco Bandeira, adiantando que cerca de 900 milhões têm origem no BPN, sobretudo ao nível da incobrabilidade do crédito concedido, 550 milhões decorrem das operações ao nível do Banco Insular e do seu balcão virtual e cerca de 200 milhões resultam da sobrevalorização de imóveis.

Já antes, também o vice-presidente do BPN, Norberto Rosa, tinha confirmado o valor das perdas e adiantado que a Caixa Geral de Depósitos (CGD) já injectou no banco 1,4 mil milhões. Certo é que, sem revelar quantias exactas, Francisco Bandeira assumiu que o crédito ao grupo SLN ultrapassa os 20% impostos pelo limite legal e que o malparado tem uma percentagem "de dois dígitos".

Ainda assim, o actual presidente garantiu que "não há nenhuma contaminação nos rácios da Caixa resultante do apoio ao BPN". Ambos os gestores confirmaram que, des-

de a nacionalização, foram resgatados 640 milhões em depósitos.

Sobre o futuro, Francisco Bandeira referiu sem hesitação que o maior banco do Estado está disposto a fazer "uma proposta de compra do BPN e



Francisco Bandeira diz que os custos da nacionalização do BPN só podem ser apurados no final da intervenção

garantiu que, "felizmente, há mais de um interessado na compra do BPN, e mais do que um interno e externo." Se o Estado optar por vender, sublinhou Bandeira, "há uma manifestação de interesse" da CGD, que ficará dependente do preço.

Os dois gestores confirmaram ainda que não haverá lugar a pagamento de indemnizações a antigos administradores ou accionistas.

Francisco Bandeira avançou também que "foi imposta uma meia dúzia de processos disciplinares" que levaram à suspensão de funções de alguns trabalhadores do banco, "maioritariamente directores". ■

✎ PORMENORES

● INSULAR

Segundo os dois gestores, o Insular era um instrumento utilizado pela administração para não cumprir a lei. Permitia dar crédito para financiamento das empresas em offshore do grupo SLN e parquear despesas de custos com ordenados.

● CENÁRIO

Francisco Bandeira disse que quando entrou no BPN encontrou "um banco com uma estrutura de custos completamente inadequada e com negócio a menos".

Vakil aumentou os ordenados aos administradores

● Norberto Rosa, vice-presidente do BPN, admitiu ontem que "durante a administração do dr. Abdool Vakil houve alterações nas remunerações". O gestor foi mais longe e confirmou que "foram detectados aumentos nos vencimentos do Conselho de Administração".

Recorde-se que Oliveira e Costa saiu da presidência do banco em Janeiro de 2008, tendo-lhe sucedido à frente da administração Abdool Vakil, que tinha já pertencido ao Conselho de Administração presidido pelo banqueiro. Foi depois substituído por Miguel Cadilhe. ■



INQUÉRITO AO BPN

Menos 1800 milhões

As perdas do Banco Português de Negócios (BPN) atingem 1800 milhões de euros, contabilizadas as disparidades das contas nos bancos Insular, Cayman e IFI, revelou ontem o administrador da instituição Norberto Rosa na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do banco.

“Teremos um valor da ordem dos 1800 milhões de euros, é esse o valor das imparidades”, disse o vice-presidente do BPN desde a nacionalização da instituição, em inícios de Dezembro.

Questionado pelos deputados, Norberto Rosa considerou ainda que o banco não tem condições para indemnizar os antigos accionistas, devido à sua “situação líquida claramente negativa”. ■



Buraco no BPN chega aos 1800 milhões de euros

CGD já injectou 1400 milhões de euros desde Novembro até Janeiro, mas os depositantes estão a "fugir" do banco



Norberto Rosa, ex-secretário de Estado de Manuela Ferreira Leite e actual vice-presidente do BPN, enuncia ilegalidades

ISABEL TEIXEIRA DA MOTA*
isabelmota@jn.pt

Norberto Rosa afirmou que o buraco financeiro do BPN é de 1800 milhões de euros e que a CGD já injectou no BPN 1400 milhões de euros até Janeiro. Mas "já se registaram 640 milhões de euros de perdas de depósitos".

Segundo revelou na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, as perdas do banco atingem já os 1800 milhões de euros, contabilizadas as imparidades (desvalorização dos bens ou dos títulos) nos bancos Insular, Cayman e IFI.

Para o administrador do BPN desde a nacionalização – aprovada a 9 de Novembro pelo Parlamento –, o valor referido "reflecte não só

os créditos que estavam sedeados no próprio BPN, mas também no BPN Cayman, no BPN IFI e no Banco Insular". "Na altura tinha sido feita uma auditoria excepcional e tinha encontrado um conjunto de insuficiências – imparidades – que apontava para 700 milhões de euros, mas os próprios auditores referiram que a auditoria era muito parcial, não abrangia avaliação de imóveis, companhias de seguros e BPN Cayman, IFI e Banco Insular. O valor era muito baixo", disse para justificar a discrepância com o valor dado. "Desses 1800 milhões de imparidades, 550 milhões referem-se ao BPN Cayman e ao Banco Insular", explicou.

O ex-secretário de Estado do Orçamento de Manuela Ferreira



Frases na AR

"Uma parte significativa da actividade do BPN não era explicitada nas suas contas"

Norberto Rosa
VICE-PRESIDENTE DO BPN

"Decorre da lei das nacionalizações que não há lugar a indemnização a antigos administradores"

Francisco Bandeira
PRESIDENTE DO BPN

Leite, disse também que a situação do banco aquando da nacionalização era "insustentável em liquidez e na situação patrimonial". Nas suas revelações à comissão de inquérito não teve dúvidas em dizer que "o Banco Insular era um instrumento utilizado para claramente não cumprir a legislação". O BPN contrariou todas as leis da supervisão bancária", declarou, acrescentando mais tarde que "uma parte significativa da actividade do BPN não era explicitada nas suas contas". Razões suficientes para criarem "um problema complicado de supervisão" em que falharam os "veículos" para perceber os movimentos financeiros.

A decisão sobre o futuro do Banco ainda não está tomada, mas Norberto Rosa defendeu que "manter o BPN por si só não é viável economicamente. concluímos que todos os indicadores de produtividade e eficiência estão muito abaixo do benchmarking normal". Rosa revelou que não estão previstas in-

Presidentes da instituição revelou que há vários compradores para o BPN, internos e externos

demnizações aos anteriores administradores, dada a "situação líquida claramente negativa".

Na mesma comissão, o presidente do BPN, Francisco Bandeira, revelou ontem que tem havido "manifestações de interesse" na compra do banco e "que existem compradores para o BPN, internos e externos".

Os deputados também o questionaram sobre o plano de recuperação apresentado pelo anterior administrador-executivo, Miguel Cadilhe. "Eu não acredito que a solução Miguel Cadilhe vingasse, mesmo conhecendo as situações que na altura não se conhecia", disse Francisco Bandeira. "Neste aspecto estou em linha com o meu colega de conselho [Norberto Rosa]", disse, adiantando que a solução defendida por Miguel Cadilhe "envolvia também muito o peso do Estado".

Sobre as eventuais indemnizações a accionistas e antigos administradores, ressaltou de imediato que se trata de "ex-accionistas" e "com a nacionalização deixaram de ser".

* com LUSA

AR. Nova equipa diz que Insular não pertence ao banco

Administração apura perdas no BPN de 1800 milhões

Francisco Bandeira diz que existem compradores internos e externos para o banco

EVA CABRAL

Francisco Bandeira e Norberto Rosa, respectivamente presidente e vice-presidente da nova administração do BPN declararam ontem, no Parlamento, que se detectaram até ao momento perdas acumuladas de 1800 milhões de euros na instituição que contabilizam globalmente as imparidades do Banco Insular, do BPN de Cayman e, ainda, do BPN-IFI.

Norberto Rosa declarou - na comissão de inquérito parlamentar à supervisão e nacionalização do BPN - que quando foi decidida pelo Parlamento nacionalizar a instituição bancária "esta apresentava uma situação insustentável quer em termos de liquidez, quer em termos patrimoniais".

O administrador defendeu que numa primeira linha os responsáveis pelas situações ilícitas verificadas na instituição dependeram dos anteriores "conselhos de Administração," designadamente os de Oliveira e Costa, mas avançou com a ideia de que "ouve um conluio entre administradores, Fiscal Único e Auditores pa-

ra enganar as autoridades de supervisão", ou seja o Banco de Portugal, o Instituto de Seguros de Portugal e a CMVM.

Norberto Rosa assegurou, por outro lado, que o Banco Insular não pertence ao universo do BPN, o que contradiz a informação de outros depoentes no Parlamento, designadamente Abdool Vakil, o presidente que antecedeu Miguel Cadilhe. O actual administrador do BPN referiu conhecer "uma promessa de venda a uma empresa do universo da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), mas frisou que "o comprador não assinou esse contrato".

Já Francisco Bandeira que acumula a liderança do conselho de administração do BPN



Francisco Bandeira diz que os custos da nacionalização só se vêem no fim

com a vice-presidência da Caixa Geral de Depósitos - na sequência desta ter assumido a gestão da instituição após a nacionalização - admitiu que tem havido manifestação de interesse na compra do BPN quer internos quer

externos. Segundo Francisco Bandeira, a venda do BPN à CGD em determinadas condições é uma das soluções no estudo que a actual administração apresentou ao Governo.

As outras duas soluções para o BPN são "a integração na CGD, ou a manutenção do banco na esfera pública para o recuperar e aguardar uma melhor condição de mercado para o vender".

Questionados sobre os custos da nacionalização, Norberto Rosa e Francisco Bandeira assumem ter visões diferentes deste domínio, com o primeiro a falar de custos inevitáveis para o Estado e para os contribuintes, e o segundo a admitir ser "um optimista por natureza" e a adiantar acreditar que se pode "com trabalho contribuir activamente para a recuperação da situação encontrada no BPN". ■

Accionistas ex-administradores não serão indemnizados

"É claro que o BPN tem uma situação líquida claramente negativa, pelo que não haverá condições para dar qualquer indemnização aos seus antigos accionistas" conside-

rou ontem **Norberto Rosa**, no Parlamento. O actual vice-administrador garante que não existem "condições" para os anteriores accionistas receberem alguma indm-

nização. Já Francisco Bandeira, frisou por seu lado que os ex-administradores não terão igualmente direito a qualquer indemnização. Segundo o actual pre-

sidente do Conselho de administração do BPN essa posição está definida pela própria lei de nacionalização votada pela Assembleia da República.

Crise Situação do banco nacionalizada colocada a descoberto

Perdas detectadas no Banco Português de Negócios já atingem 1800 milhões de euros

O valor em causa é mais de metade do custo estimado do novo aeroporto de Lisboa e um quarto do que Portugal vai gastar com o projecto do TGV

Ana Brito

● As perdas identificadas até ao momento no BPN são de 1,8 mil milhões de euros. O valor foi revelado ontem no Parlamento pelo vice-presidente do banco, Norberto Rosa, que diz ter encontrado uma “situação insustentável” quando assumiu funções, em Novembro do ano passado. O valor em causa é mais de metade do custo de construção do novo aeroporto (3,2 mil milhões, dava para lançar 360 quilómetros de auto-estrada e é um quarto do custo do TGV).

Norberto Rosa (que primeiro assumiu as funções de administrador provisório e, depois, com a nacionalização, passou à vice-presidência do banco) explicou aos deputados da comissão de inquérito que os 1,8 mil milhões de euros ainda “não estão integrados nas contas [de 2008], apesar de o BPN estar já com prejuízos significativos”, e que dizem respeito não só aos créditos sedeados na BPN SA, mas também às imparidades do BPN Cayman, IFI e Banco Insular.

Essa é, de resto, uma das razões que explicam que o valor das imparidades detectado seja mais do dobro dos 700 milhões de euros identificados pela auditoria realizada pela Deloitte no ano passado.

Rosa esclareceu que os próprios auditores “referiram [na ocasião] que o trabalho era parcial” e que “o valor era muito baixo”, pois não incluía a avaliação de imóveis, das companhias de seguros e do BPN Cayman e IFI. O vice-presidente do BPN esclareceu que o objectivo passa agora por “refazer as contas de 2008” e assegurou que, face à situação negativa do banco, estão fora de questão quaisquer indemnizações a ex-accionistas.

Rosa revelou que, até Janeiro, a CGD já tinha injectado no BPN 1,4 mil milhões de euros. Para pensar a eventual incorporação nas contas da CGD dos desequilíbrios detectados no BPN, o banco público poderá ter necessidade de recorrer de novo ao Estado para reforçar os capitais. Para além da garantia estatal de 20 mil milhões de euros, e que pode ser usada pelos bancos portugueses para se irem financiar nos mercados interbancários, o Governo criou ainda uma linha de quatro mil milhões de euros, destinada a recapitalizar as instituições que necessitarem. No bolo dos quatro mil milhões de euros já está a CGD, que poderá assim recorrer a este mecanismo de apoio estatal.

Questionado sobre o plano de recuperação desenhado pelo anterior presidente do BPN, Miguel Cadilhe, Norberto Rosa garantiu que este foi apresentado ao Governo antes da sua

O “buraco” do BPN é o dobro do que fora apurado anteriormente



chegada ao banco e que nunca foi analisado pela actual administração.

Mas admitiu que a sua convicção é a de que o plano não poderia resolver “os problemas de liquidez, nem o problema de fundo das insuficiências”, porque a situação do BPN era “insustentável” e o banco era “completamente inviável”.

Norberto Rosa disse ainda que “to-

do o processo [da gestão de Oliveira e Costa] foi feito para esconder” do BPN um conjunto de práticas que tinham por “objectivo financiar um grupo [a SLN, que controlava o BPN] contrariando as leis da supervisão bancária” e salientou que, “quando há um conluio entre todos os órgãos sociais de uma instituição” e as operações são realizadas através de *off-shores*, “é di-

ficultada a tarefa da supervisão consolidada”. Até porque no BPN “havia dois bancos a funcionar” em simultâneo: um em que se seguiam todas as regras e um “outro conjunto paralelo de operações que eram decididas directamente pela administração” sem passar pelo controlo de risco.

O responsável assegurou que “não se pode restringir a uma pessoa” a res-

ponsabilidade pela situação do BPN. “A responsabilidade é do conselho de administração, mas o fiscal único e os auditores externos teriam obrigação de dar uma resposta diferente a estas situações”, afirmou.

Revelou ainda que no período da administração de Abdoool Vakil foram detectados “aumentos dos vencimentos dos administradores”.

Caixa Geral de Depósitos é um deles

Há vários interessados em comprar o BPN, diz presidente

● Existe mais do que um interessado em comprar o Banco Português de Negócios, revelou ontem, durante a audição parlamentar, Francisco Bandeira, presidente do banco intervençional, indicado pela Caixa Geral de Depósitos (CGD). O gestor informou ainda que o banco público, de que é, aliás, vice-presidente, está neste grupo de potenciais adquirentes - nacionais e estrangeiros.

Francisco Bandeira, que revelou que a CGD chegou a manifestar disponibilidade para comprar o BPN

antes da sua nacionalização, disse aos deputados que a operação ainda está em aberto, mas que é uma entre várias hipóteses em estudo. “Se o Estado optar por alienar, a CGD equacionará essa solução”, mas tudo depende do preço que estiver em cima da mesa.

Para além da venda do BPN à CGD, Bandeira admite outros cenários: venda imediata do banco sem separar a rede de balcões dos serviços centrais; manter o BPN “durante algum tempo e preparar a venda” para quando as

condições de mercado forem favoráveis.

Apesar de o orador que o antecedeu, Norberto Rosa, ter salientado que o banco, “por si só, não é economicamente viável”, porque todos os

7
O banco nacionalizado tem uma equipa jovem, com uma média de idades sete anos inferior à da Caixa Geral de Depósitos

indicadores de eficiência e produtividade são demasiado baixos, Bandeira enalteceu a qualidade dos quadros do BPN, que agora dirige, notando que a sua idade média é inferior em sete anos à idade média dos funcionários da CGD e que o nível de escolaridade médio é superior em oito por cento ao do banco estatal.

O líder do Banco Português de Negócios disse ainda que admite vender as unidades de negócio do BPN no Brasil e França, assim como a empresa de seguros Real Vida.



“Buraco” do BPN já atinge mais de metade do custo do novo aeroporto

As perdas conhecidas ontem no banco nacionalizado já somam 1800 milhões de euros e são o dobro da primeira estimativa

● O “buraco” financeiro do Banco Português de Negócios é de 1,8 mil milhões de euros. Dava para construir 360 quilómetros de auto-estrada ou para financiar mais de metade do

custo do novo aeroporto de Lisboa, avaliado em 3,3 mil milhões. A revelação foi feita ontem na Assembleia da República pelo vice-presidente do banco nacionalizado e atira para o

dobro a primeira estimativa de perdas. Norberto Rosa disse que o valor resulta da soma de imparidades encontradas no BPN Cayman, IFI e no Banco Insular de Cabo Verde. Tam-

bém no Parlamento, o actual presidente do banco revelou que há vários interessados na aquisição do banco. A Caixa Geral de Depósitos poderá ser um deles. → Economia, 28



ID: 23697275

04-02-2009

BANCA

Estado arrisca-se a perder 1.500 milhões com nacionalização do BPN

“Factura” da gestão de Oliveira Costa pode ser atenuada pela venda de activos, em curso, ou pela alienação da instituição. Há interessados

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

O Estado corre o risco de perder cerca de 1500 milhões de euros com a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), tendo em conta o valor dos prejuízos causados pela actuação ilegal das administrações lideradas por José de Oliveira Costa. Aquele montante diminuirá em função das receitas geradas pela venda de activos não estratégicos, já em curso, e do encaixe resultante da eventual alienação do BPN.

Segundo revelou ontem Norberto Rosa, vice-presidente do BPN, na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do banco, as perdas da instituição ascendem a 1.800 milhões de euros, valor que deverá ser abatido à situação líquida do banco. No final de Setembro, os capitais próprios do BPN totalizavam 342,5 milhões de euros, de acordo com o balanço individual disponível no “site” do Banco de Portugal. Se se subtraírem os prejuízos já detectados àquele montante, o Estado terá de assumir perdas de 1.457,5 milhões.

A este montante terá ainda de ser abatido o valor gerado pela ven-



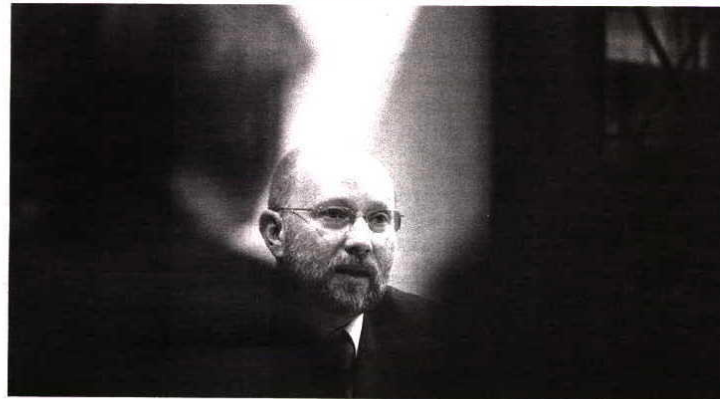
Miguel Baltazar

“Um bom negócio” |

Francisco Bandeira, actual presidente do BPN, admitiu perante os deputados da comissão parlamentar que o banco nacionalizado “pode ser um bom negócio para a CGD”.

É cedo para

avaliar | O vice-presidente do BPN, Norberto Rosa, sublinhou que só no final do processo de nacionalização do BPN é que será possível perceber se a operação se tratou de “um bom ou mau negócio” para o Estado.



da de operações não estratégicas. “Está em curso um processo de alienação de activos não ‘core’, como o Banco Efisa, a seguradora Real Vida, o BPN Brasil e o BPN França que, espero, terão direito a retorno”, alertou Francisco Bandeira, presidente do BPN, perante os deputados da mesma comissão.

O gestor referiu estas possibilidades de alienação para sustentar a afirmação de que só depois de concluído este processo se poderá saber os encargos da nacionalização. “O custo é o que resultar do processo final do enquadramento

do BPN”. “Só no fim diria se é um bom ou um mau negócio” para o Estado, sublinhou Bandeira.

Já Norberto Rosa não tem dúvidas de que a nacionalização do banco terá encargos para o erário público. “Haverá sempre custos para o Estado, o objectivo é minorar esses custos”.

Para o vice-presidente do BPN, será inevitável o Estado ter perdas porque “o banco estava numa situação de falência técnica”. Qualquer que fosse a forma de intervir “teria sempre implicações negativas para o Estado” se este decidis-

se garantir os cinco mil milhões de euros de depósitos existentes na instituição. “Não é pelo facto de ter havido nacionalização que houve impactos negativos. As perdas já existiam”, constatou.

Perante a dimensão das perdas detectadas no BPN, nenhum dos gestores tem dúvidas de que não há margem para pagar indemnizações aos antigos accionistas do banco. “Em situação alguma, e atendendo à situação do BPN, se pode pôr a questão da indemnização dos antigos accionistas”, alertou Bandeira.

Haverá sempre custos para o Estado, o objectivo é minorar esses custos

Com a informação que tenho actualmente, [o plano de Miguel Cadilhe] era perfeitamente inviável. Não resolvia o problema de liquidez nem o patrimonial

NORBERTO ROSA

Vice-presidente do BPN

“Não é a altura para vender bancos”

Francisco Bandeira completa: “quicá [é a altura] para comprar instituições financeiras

O plano que a administração do BPN entregou ao Governo sobre as opções para o futuro do banco prevêem a venda da instituição como um todo, a sua integração na Caixa Geral de Depósitos ou a sua preservação como entidade autónoma durante algum tempo para posterior venda. “Não é a altura para vender bancos. Quicá, é a altura para comprar”, afirmou Francisco Bandeira.

O presidente do BPN e vice-presidente da CGD não quis, à saída do Parlamento, assumir qual o cenário que a sua equipa prefere e qual deles foi recomendado à tutela. No entanto, ao longo da audição perante os deputados, o gestor deixou entender uma preferência pela integração do BPN no banco público.

“O banco há-de ter um valor, abaixo do qual a CGD está interes-

sada”, declarou aos jornalistas no final da audição, depois de ter afirmado perante os deputados que a Caixa admite vir a fazer uma proposta de compra. Na sua perspectiva, o BPN “pode ser um bom negócio para a CGD”. Na sua opinião, “se se conseguir valorizar aquele activo, tentando recuperar aquilo que é possível recuperar, o BPN pode ser um bom negócio. O banco tem uma

base de clientes, tem 213 balcões. É uma rede captadora de negócio. [Na CGD], não estamos disponíveis para perder negócio para essa rede”.

Apesar de considerar que este não é o melhor momento para vender bancos, Bandeira disse: “tenho a certeza de que existem compradores, internos e externos, para o BPN. Há manifestações de interesse”.

Em alternativa, “há sempre uma

terceira via, que passa por deixar o BPN trilhar um caminho a sós”, pensando num banco para um determinado nicho de mercado. “Mas não me parece que não faça sentido o Estado, que é dono do maior banco universal, manter outro, a não ser para vender depois. Manter o BPN como banco universal, só se for para aguardar para melhor ciclo para fazer a venda”, alertou Bandeira.



A Cor do Dinheiro



CAMILO LOURENÇO

1,8 mil milhões? E não vai acontecer nada?

Aos poucos começam a conhecer-se os verdadeiros contornos da tragédia chamada BPN. Ontem Norberto Rosa, administrador da instituição, deu mais uma achega para se perceber o resultado da mistura entre supervisão (totalmente) ineficaz e compadrio político. As perdas já ascendem, segundo Rosa, a 1,8 mil milhões de euros (se calhar não fica por aqui). Sim, caro leitor, milhares de milhões. Surpreendido? Talvez valha a pena reler o que aqui se escreveu nos últimos meses sobre o assunto, questionando os números avançados pelo ministro das Finanças. Chegados aqui, há várias perguntas a fazer: vai mesmo haver culpados? O banco central ainda pensa que pode sair incólume desta trapalhada (como é que se escondem operações, anos a fio, que provocam perdas de 1,8 mil milhões?)? Dias Loureiro pode continuar a dizer que não sabia de nada, não ouviu nada e não viu nada enquanto foi administrador? Nem mesmo aqueles "zunzuninhos" que até eu ouvi - e que motivaram a capa da "Exame" de Março de 2001 (a tal que o incomodou tanto ao ponto de ir falar com o Banco de Portugal)? Não valia a pena ter liquidado o banco e cobrir os depósitos? Quais as consequências deste descalabro no "rating" da CGD? O que vai acontecer ao auditor do BPN? Alguém vai pedir desculpa ao contribuinte, que terá de arcar com este fardo (com 1,8 mil milhões a CGD comprava um banco em Espanha...)? Responda quem souber.



Banca

BPN confirma na AR perdas de 1,8 mil ME

• As perdas do Banco Português de Negócios (BPN) atingem 1,8 mil milhões de euros, contabilizadas as imparidades nos bancos Insular, Cayman e IFI, revelou ontem o administrador da instituição Norberto Rosa na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização da instituição financeira.

Segundo o administrador, citado pela agência Lusa, o valor das imparidades “reflete não só os créditos que estavam sediados no próprio BPN, mas também no BPN Cayman, no BPN IFI e no Banco Insular”.

Auditoria. Relativamente à auditoria feita pela Deloitte na altura da nacionalização e que detectou um “buraco” de 700 milhões, Norberto Rosa avan-

çou algumas explicações para a diferença de valores. “Na altura tinha sido feita uma auditoria excepcional e tinha encontrado um conjunto de insuficiências – imparidades – que apontava para 700 milhões de euros, mas os próprios auditores referiram que a auditoria era muito parcial, não abrangia

Situação do banco era insustentável, Norberto Rosa

avaliação de imóveis, companhias de seguros e BPN Cayman, IFI e Banco Insular.”

Aquele responsável sublinhou ainda que quando pegou no banco a situação era insustentável quer em termos de liquidez quer em situação patrimonial do banco.



Audições

Presidente do BPN vai hoje ao Parlamento

O actual presidente do BPN, Francisco Bandeira, vai ser ouvido hoje à tarde na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização da instituição. Na quarta-feira, será a vez de os deputados ouvirem Jorge Vieira Jordão, antigo gestor da Sociedade Lusa de Negócios.

NACIONALIZAÇÃO

Líder do BPN vai à AR

O novo presidente do Banco Português de Negócios (BPN), Francisco Bandeira, vai hoje à Assembleia da República para ser ouvido na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização daquela instituição.

Bandeira terá de explicar a situação financeira que encontrou no BPN quando tomou posse, logo após a sua nacionalização. O também vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos deverá ainda esclarecer quais as saídas possíveis para o futuro da instituição.

Entretanto, o Tribunal de Pequena Instância de Lisboa condenou a BPN Imofundos por duas contra-ordenações, multando a sociedade gestora de fundos em 30 mil euros. ■



Francisco Bandeira hoje na AR

■ O actual presidente do BPN, Francisco Bandeira, vai ser ouvido esta tarde na comissão de inquérito ao BPN. A audição de Bandeira, nomeado após a nacionalização da instituição, vai centrar-se, sobretudo, nas soluções para o futuro do BPN.

BANCA

Injecções de liquidez da Caixa no BPN já superam 1500 milhões

Empréstimos foram substituídos por linha de papel comercial – a subscrever pelo banco público – que pode chegar a dois mil milhões de euros

MARIA JOÃO GAGO

mjgago@negocios.pt

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) já injectou mais de 1500 milhões de euros no Banco Português de Negócios (BPN) com o objectivo de satisfazer as necessidades de financiamento da instituição recentemente nacionalizada, apurou o Negócios junto de fonte do BPN. Estes empréstimos vão agora ser substituídos por emissões de papel comercial garantidas pelo Estado e que serão subscritas pela CGD.

De acordo com os despachos do secretário de Estado do Tesouro e Finanças publicados ontem e na sexta-feira, o BPN pode emitir até dois mil milhões de euros em papel comercial com garantia estatal. Estas emissões destinam-se "a assegurar o financiamento de todas as necessidades de tesouraria do BPN decorrentes das responsabilidades patrimoniais assumidas na sequência dos apoios de liquidez prestados pela CGD no contexto da nacionalização, bem como, nessa medida, a permitir o desenvolvimento da actividade bancária normal do BPN", refere o documento assinado por Carlos da Costa Pina, publicado em Diário da República.

A maior parte do papel comercial será aplicado na substituição dos empréstimos que a CGD concedeu ao BPN desde o início de Outubro do ano passado. Ainda antes da nacionalização do banco, no início de Novembro, já a instituição, então liderada por Miguel Cadilhe, enfrentava problemas de liquidez, decorrentes da crise financeira internacional e do resgate de depósitos por parte de clientes.

A 10 de Outubro, a CGD cedeu 200 milhões ao banco. E a partir dessa altura, as assistências de "funding" continuaram a aumentar, tendo já superado os 1500 milhões, uma vez que a "fuga" de depósitos não foi totalmente estancada pela nacionalização.

A substituição dos empréstimos pela emissão de papel comercial permite à CGD ter maior margem de manobra em termos de captação de "funding". Isto porque, em caso de necessidade, a Caixa poderá usar aqueles títulos de dívida para se financiar junto do Banco Central Europeu – o que não acontecia com as anteriores modalidades de empréstimos.

Por outro lado, como o papel comercial passa a beneficiar de um aval do Estado, o financiamento dispensa a apresentação de outros co-

Tribunal confirma contra-ordenação da CMVM

O Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa confirmou parcialmente a condenação da BPN Imofundos decidida pela CMVM em Agosto de 2007. "A sentença reduz o âmbito da condenação à prática de duas contra-ordenações (violação do dever de valorizar os imóveis do fundo no intervalo compreendido entre o respectivo valor de aquisição e a média simples do valor atribuído pelos respectivos peritos avaliadores)", refere o comunicado em que o regulador revela que o valor da coima foi agora fixado em 30 mil euros. Em Agosto de 2007, a CMVM aplicou uma coima de 100 mil euros ao BPN Imofundos por 34 violações na avaliação de imóveis e por três infracções relacionadas com o dever de defesa do mercado. NC

negócios.pt

Saiba mais

 > Última hora

Gestores do BPN na AR

Acompanhe em directo notícias sobre a comissão de inquérito. 15h00

laterais. Desta forma, a colecção de 80 quadros de Juan Miró e os cinco milhões de moedas comemorativas do Euro 2004, entre outros activos que tinham sido entregues à Caixa como garantia de pagamento dos empréstimos, deixam de estar alocados a estes financiamentos. No limite, aqueles activos podem ser vendidos.

Os dois mil milhões de euros também já incluem uma estimativa das necessidades de financiamento do BPN no médio prazo. No entanto, esta linha de financiamento poderá ter que ser ajustada em



BPN | Francisco Bandeira, tem tido apoio da CGD, liderada por Faria de Oliveira

função do que vier a ser o futuro da instituição.

Recorde-se que a actual administração do banco, liderada por Francisco Bandeira, já entregou ao ministro das Finanças um documento com diversas alternativas para o futuro do BPN, que vão desde a sua integração na CGD à venda a entidades privadas. A tutela ainda não tomou uma decisão, uma vez que ainda aguarda as avaliações que a Deloitte e a Deutsche Bank estão a fazer ao universo de empresas integradas no banco. O processo deve ficar concluído este mês.

A substituição dos empréstimos pela emissão de papel comercial dá à CGD maior margem na captação de "funding"

Francisco Bandeira é hoje ouvido na comissão de inquérito

O actual presidente do Banco Português de Negócios (BPN), Francisco Bandeira, é ouvido hoje na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização da instituição. A audição do gestor, que é também vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos, foi pedida pelo PCP e terá lugar pelas 17 horas.

Os deputados deverão querer ouvir Bandeira sobre a situação em que o BPN se encontra quando a CGD assumiu a sua gestão, depois de o Governo ter decidido nacionalizar o banco. Além disso, deverão questionar o gestor sobre as alternativas de futuro mais viáveis para a instituição. As actuais relações entre o BPN e o Banco de Portugal também deverão suscitar a curiosidade dos membros da comissão de inquérito.

Antes de Francisco Bandeira, às 15 horas, será a vez de Norberto Rosa, vice-presidente do



Norberto Rosa, vice-presidente do BPN, responde hoje às perguntas dos deputados

BPN e administrador da CGD, prestar esclarecimentos na comissão.

Para esta semana, estão previstas ainda audições a outro membro da actual equipa de gestão do banco, Rui Pedras, assim como a antigos responsáveis da administração do grupo. Já amanhã, os deputados vão ouvir Jorge Vieira Jordão, antigo gestor da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que antes da nacionalização controlava a totalidade do BPN, e António José Duarte, assessor da administração do banco durante a liderança interina de Abdool Vakil. As audições estão agendadas para as 17h30 e as 19 horas, respectivamente.

O programa de audições desta semana continua com a inquirição, na quinta-feira às 17h30, de Rui Pedras, o único dos actuais administradores do BPN que transitou da anterior equipa, liderada por Miguel Cadilhe. Para o mesmo dia, às 19 horas, está agendada a audição de Emanuel Peixoto, que faz parte do quadro de pessoal do banco e tem responsabilidades na área de informática. **MJG**